

2 GOVERNO DA SOCIEDADE

2.1 Missão, Objectivos e Políticas da Empresa

A CP tem por missão prestar serviços de transporte ferroviário de Passageiros e de mercadorias, com uma dinâmica de inovação, salvaguarda do ambiente e melhoria de segurança, através de:

- Oferta de comboios competitivos em termos de rapidez, frequência, pontualidade, conforto e higiene
- Promoção da intermodalidade para uma oferta de serviços integrados e ajustados às necessidades dos Clientes
- Pessoal qualificado e motivado, funcionalmente enriquecido e capaz de iniciativas
- Uma organização flexível e capaz de responder aos desafios do mercado
- Prática de sistemas tarifários ajustados com os vários mercados onde opera, tendo em conta a relação preço/qualidade em causa
- Contratualização justa quer dos serviços prestados, nomeadamente do serviço público, quer dos serviços necessários à exploração
- Uma comunicação dinâmica e de qualidade
- Desenvolvimento de parcerias (estratégicas) que reforcem a cadeia de valor dos serviços prestados
- Valorização das relações com as comunidades locais, permitindo aumentar o valor do serviço oferecido aos Clientes e reforçar as quotas de mercado nos segmentos-alvo.

Os objectivos da CP estão consubstanciados no seu programa de transformação estratégica CPmais 2007-2010 e são:

- Ser uma referência no mercado,
- Melhorar os seus resultados,

- Criar valor para o Cliente, para o Accionista Estado e para os Colaboradores.

A estratégia da CP está focada em cinco importantes vectores de actuação:

- Fomentar o aumento sustentado da procura, alavancada numa proactividade comercial e na melhoria da intermodalidade;
- Atenuar os desequilíbrios tarifários que afectam os segmentos de negócio;
- Redefinir os valores, a cultura e a organização, de modo a alinhá-los aos critérios de produtividade;
- Adoptar um modelo de gestão do material circulante que assegure a máxima qualidade do serviço, a segurança e a rentabilidade dos activos;
- Melhorar a eficiência, otimizando os custos de funcionamento.

O programa de transformação estratégica CPmais está alinhado com os Objectivos Estratégicos para o Sector Ferroviário, apresentados pela Tutela Sectorial em Outubro de 2006 que seguem as seguintes linhas de actuação:

- Melhorar a acessibilidade e a mobilidade e que daí decorra um aumento relevante da quota de mercado;
- Garantir padrões adequados de segurança, de interoperabilidade e de sustentabilidade ambiental;
- Promover a investigação, o desenvolvimento e a inovação;
- Evoluir para um modelo de financiamento sustentável e promotor da eficiência.

2.2 Regulamentos internos e externos a que a Empresa está sujeita

No que se refere aos regulamentos internos, são de referir os Regulamentos de Carreiras (Geral, de Condução-Ferrovial/Tracção e de Licenciados e Bacharéis) o Regulamento da Prevenção e Controlo do Trabalho sob o efeito do álcool, de substâncias, estupefacientes ou psicotrópicas, e o Regulamento de Compras.

No âmbito da regulamentação externa, para além da regulamentação técnica de segurança da circulação, são de salientar, pela repercussão que tem nos resultados da Empresa e no funcionamento do mercado através do tratamento equitativo e não discriminatório dos vários operadores o Directório da Rede, emitido pela Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P., na qualidade de gestor da infra-estrutura, e o Regulamento n.º 21/2005, de 3 de Fevereiro de 2005, do Instituto Nacional do Transporte Ferroviário.

Com efeito, através do Directório são definidas as condições de acesso à infra-estrutura, os princípios, critérios, fases e prazos do procedimento de repartição de capacidade e ainda, os princípios de tarifação e o tarifário relativo à taxa de utilização e aos demais serviços prestados pelo gestor de infra-estrutura.

No Regulamento do INTF n.º 21/2005, de 3 de Fevereiro de 2005, são estabelecidos os métodos e as regras de cálculo aplicáveis à fixação, determinação e cobrança das tarifas devidas pela prestação dos serviços essenciais, adicionais e auxiliares pelo gestor da infra-estrutura, concretizados no Directório de Rede.

Relativamente a algumas disposições e opções estabelecidas no Directório da Rede, é de referir que a CP tem manifestado a sua não concordância por estas introduzirem distorções indesejadas entre tipologias de transporte (Passageiros versus mercadorias) e por não reflectirem o princípio de eficiência na gestão da infra-estrutura por parte do gestor (implicando fraca qualidade do serviço para ambas as partes gestor da infra-estrutura e operador).

A incompreensível e inaceitável persistência da relação não contratualizada entre a REFER e a CP tem como consequência a distorção do princípio básico da valorização da eficiência e da penalização da gestão ineficiente, que tem como exemplo paradigmático a compensação que a CP dá aos seus Clientes em caso de atraso e que não é objecto de qualquer contrapartida da REFER em situações de sua responsabilidade.

De referir ainda os seguintes Regulamentos do Instituto Nacional do Transporte Ferroviário:

- Reg. n.º 18/2000, de 31 de Julho de 2000, relativo à "Autorização de circulação de material circulante em exploração";
- Reg. n.º 42/2005, de 3 de Junho de 2005 - Regulamento de Licenciamento - relativo aos procedimentos necessários para obtenção de licenças para o exercício da actividade de transporte ferroviário, bem como as metodologias a adoptar na avaliação do cumprimento dos requisitos a que se refere o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 270/2003, de 28 de Outubro.

Finalmente, e no que respeita às condições de prestação do serviço de transporte de Passageiros, importa realçar que a Tarifa Geral de Transporte (TGT) de Passageiros, aprovada pela Portaria n.º 403/75, de 30 de Junho, foi revogada pelo Decreto-Lei n.º 58/2008, de 26 de Março, que estabeleceu as novas condições relativas ao contrato de transporte ferroviário de Passageiros.

O regime sancionatório aplicável às transgressões ocorridas em matéria de transportes colectivos de Passageiros, o que inclui o transporte ferroviário, consta da Lei n.º 28/2006, de 4 de Julho de 2006, e entrou em vigor no final de 2006. O regime passou a ser contraordenacional.

O IMTT é a entidade competente para a instauração e instrução dos processos de contra-ordenação e para a decisão de aplicação das respectivas coimas referidos quer no Decreto-Lei n.º 58/2008, quer na Lei n.º 28/2006.

Refere-se ainda o Decreto-Lei n.º 371/2007, de 6 de Novembro de 2007, que deu nova redacção ao Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de Setembro, o qual consignou a obrigatoriedade dos prestadores de serviços de transporte ferroviário disponibilizarem ao público o livro de reclamações nas condições aí descritas.

Cabe ainda referir a Resolução de Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março de 2007, no que concerne aos Princípios de Bom Governo dirigidos às Empresas de Sector Empresarial do Estado.

2.3 Informação sobre as transacções relevantes com entidades relacionadas

NIF	Nome do Fornecedor	Valor Facturado
502937327	EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, SA	83.631.661

2.4 Informação sobre outras transacções

Em matéria de aquisição de bens e serviços, a CP adopta os procedimentos legais aplicáveis e os referidos no seu Regulamento de Compras e nas Condições Gerais de Aquisição de Bens e Serviços.

Relação dos Fornecedores com facturação ultrapassando 5% dos FSE

NIF	Nome do Fornecedor	Valor Facturado
503933813	REFER, EP – Rede Ferroviária Nacional, EP	104.944.361
507846044	EDP SERVIÇO UNIVERSAL, S.A.	21.079.103
500697370	PETROGAL, S.A.- Petróleos de Portugal, SA	19.475.883

2.5 Modelo de Governo e identificação dos membros dos Órgãos Sociais

Os Órgãos Sociais da Empresa no exercício foram os seguintes:

Mandato I

(Findo em 23 de Setembro de 2007, tendo os Membros continuado interinamente em funções até 10 de Janeiro de 2008)

Conselho de Gerência

Presidente: Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis
 Vogal (1): Eng.º Tomás Henrique Ferreira Leiria Pinto
 Vogal (2): Dr. Adriano Rafael de Sousa Moreira
 Vogal (3): Prof. Nuno Alexandre Baltazar de Sousa Moreira
 Vogal (4): Dr. Paulo José da Silva Magina

Mandato II

(Início em 11 de Janeiro de 2008)

Conselho de Gerência

Presidente: Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis
 Vogal (1): Dr. José Salomão Coelho Benoliel
 Vogal (2): Dr. Paulo José da Silva Magina
 Vogal (3): Prof. Nuno Alexandre Baltazar de Sousa Moreira
 Vogal (4): Dr. Ricardo Monteiro Bexiga

Comissão de Fiscalização

Presidente: Dr. Issuf Ahmad

Vogal, ROC: Dr. José Luís Areal Alves da Cunha

Vogal: Eng.º Carlos Fernando Moreira de Carvalho

Funções e Responsabilidades:

Presidente

Comunicação e Relações Institucionais
Marketing e Serviço ao Cliente
Organização, Qualidade e Ambiente
Planeamento e Informação de Gestão
Equipa de Missão para a Alta Velocidade
Autoridade de Segurança da Exploração

1.º Vogal

CP Carga
CP Frota
Auditoria Interna e Gestão de Risco

2.º Vogal

Finanças Corporativas
CP Serviços
CP Lisboa

3.º Vogal

CP Regional
CP Longo Curso
Segurança e Coordenação Técnica

4.º Vogal

Recursos Humanos Corporativos
Gabinete da Provedoria dos Clientes
Projectos e Património
Secretaria-Geral Corporativa
CP Porto
Conselho de Gerência
Comissão de Ética

Auditor externo

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA
Edifício Monumental
Avenida Praia da Vitória, 71 –A, 11.º
1069-006 Lisboa



2.6 Estatuto remuneratório fixado

Conselho de Gerência

Administradores Executivos

Presidente Remuneração de 4.752,55 €, 12 vezes por ano e subsídio de férias e 13.º mês
Despesas de Representação de 1.663,39 €, 12 vezes por ano

Vogais Remuneração de 4.204,18 €, 12 vezes por ano e subsídio de férias e 13.º mês
Despesas de Representação de 1.261,25 €, 12 vezes por ano

Comissão de Fiscalização

Presidente Remuneração de 1.188,14 €, 12 vezes por ano

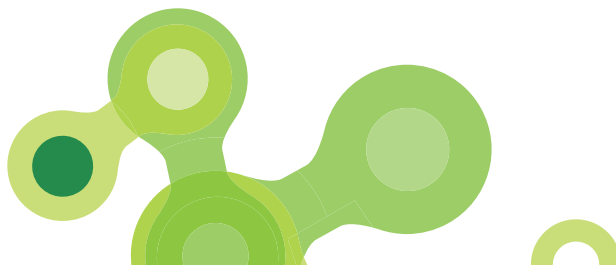
Vogal, ROC Remuneração de 1.973,00 €, 12 vezes por ano, facturada à CP, por Alves da Cunha, A. Dias & Associadas, SROC, representada pelo Dr. José Luís Alves da Cunha

Vogal Remuneração de 950,51 €, 12 vezes por ano

Remunerações 2008

Conselho de Gerência

Mandato I	Presidente	Vogal (1)	Vogal (2)	Vogal (3)	Vogal (4)
1. Remuneração					
1.1. Remuneração base	1.425,77	1.261,25	1.261,25	1.261,25	1.261,25
1.2. Acumulação de funções de gestão	253,10	253,10	253,10	253,10	253,10
1.3. Remuneração complementar					
1.4. Despesas de representação	499,02	378,38	378,38	378,38	378,38
1.5. Prémios de gestão (.....meses)					
1.6. Outras (identificar detalhadamente)					
2. Outras regalias e compensações					
2.1. Gastos de utilização de telefones					
2.2. Valor de aquisição, pela Empresa, da viatura de serviço					
2.3. Valor do combustível gasto com a viatura de serviço					
2.4. Subsídio de deslocação					
2.5. Subsídio de refeição					
2.6. Outros (identificar detalhadamente)					
3. Encargos com benefícios sociais					
3.1. Segurança social obrigatório			605,56		
3.2. Planos complementares de reforma		CGA 851,40; ADSE 44,11			
3.3. Seguros de saúde					
3.4. Seguros de vida					
3.5. Outros (identificar detalhadamente)					
4. Informações Adicionais					
4.1. Opção pelo vencimento de origem (s/n)					
4.2. Regime Segurança Social		CGA / ADSE	normal		
4.3. Cumprimento do n.º 7 da RCM 155/2005		sim	sim		
4.4. Ano de aquisição de viatura pela Empresa					
4.5. Exercício opção aquisição de viatura de serviço					
4.6. Usufruto de casa de função					
4.7. Exercício de funções remuneradas fora grupo					
4.8. Outras (identificar detalhadamente)					



Mandato II	Presidente	Vogal (1)	Vogal (2)	Vogal (3)	Vogal (4)
1. Remuneração					
1.1. Remuneração base	65.109,94	57.597,27	57.597,27	57.597,27	57.597,27
1.2. Acumulação de funções de gestão (a)	11.558,01	Não tem	11.558,01	11.558,01	Não tem
1.3. Remuneração complementar					
1.4. Despesas de representação	19.461,66	14.756,63	14.756,63	14.756,63	14.756,63
1.5. Prémios de gestão (.....meses)					
1.6. Outras (identificar detalhadamente)					
(a) valor objecto de devolução de acordo com o ponto 23 do Extracto de Acta nº1636 de 27/02/2009 do Conselho de Gerência					
2. Outras regalias e compensações					
2.1. Gastos de utilização de telefones					
2.2. Valor de aquisição, pela Empresa, da viatura de serviço					
2.3. Valor do combustível gasto com a viatura de serviço					
2.4. Subsídio de deslocação					
2.5. Subsídio de refeição					
2.6. Outros (identificar detalhadamente)					
3. Encargos com benefícios sociais					
3.1. Segurança social obrigatório	6.844,46	5.759,75	6.844,46		5.759,75
3.2. Planos complementares de reforma				CGA 4.676,70; ADSE 696,27	
3.3. Seguros de saúde					
3.4. Seguros de vida					
3.5. Outros (identificar detalhadamente)					
4. Informações Adicionais					
4.1. Opção pelo vencimento de origem (s/n)					
4.2. Regime Segurança Social	normal	normal	normal	CGA/ADSE	normal
4.3. Cumprimento do n.º 7 da RCM 155/2005	sim	sim	sim	sim	sim
4.4. Ano de aquisição de viatura pela Empresa					
4.5. Exercício opção aquisição de viatura de serviço					
4.6. Usufruto de casa de função					
4.7. Exercício de funções remuneradas fora grupo					
4.8. Outras (identificar detalhadamente)					

Comissão de Fiscalização

Mandato	2008
Presidente - Dr. Issuf Ahmad	14.257,68
ROC - Dr. José Luis Areal Alves da Cunha	23.676,00
Vogal - Engº Carlos Fernando Moreira de Carvalho	11.406,12

2.7 Análise da sustentabilidade da Empresa nos domínios económico, social e ambiental

Em 2008 a CP deu continuidade ao seu programa de transformação estratégica CPmais 2007-2010, dando cumprimento às metas propostas pelos vectores de actuação deste programa.

A CP propõe-se assim ao longo de quatro anos (2007 – 2010) reduzir o seu défice operacional através de iniciativas que impactam nos:

- Proveitos, com base numa proactividade comercial crescente, na melhoria das condições de intermodalidade e num reequilíbrio tarifário ao nível dos segmentos de negócio tutelados e
- Custos, melhorando a eficiência, optimizando custos de funcionamento, rentabilizando o nosso principal activo – material circulante – em condições óptimas de qualidade e segurança, alinhando simultaneamente, a organização com critérios de produtividade, requalificando os valores e a cultura.

Durante este ano registou-se aumento da procura, com o crescimento do número de Passageiros transportados e aumento das parcerias comerciais e continuou-se o esforço para atenuar os desequilíbrios tarifários com a introdução de novas modalidades de títulos de transporte e implementação do novo modelo tarifário no serviço regional.

Releva-se o facto de a evolução não coincidente com o previsto de algumas iniciativas e consequentemente de alguns indicadores ter sido fortemente condicionada por decisões, relativamente aos modelos tarifários, cuja responsabilidade não é, naturalmente, competência da Empresa, nomeadamente a forma de implementação do novo modelo tarifário na CP Regional com os impactos previstos em CPmais. De relevar nesta vertente a importância determinante da continuidade da materialização do novo modelo tarifário do Serviço Regional, para que as discrepâncias tarifárias geradas por uma prática desajustada de muitos anos sejam devidamente corrigidas.

No que diz respeito à melhoria da eficiência na gestão do material circulante, a CP apostou na inovação ao aplicar a Metodologia RCM (Manutenção Centrada na Fiabilidade). Esta metodologia baseia-se numa nova abordagem sobre a manutenção que apresenta, entre outras vantagens, maior disponibilidade do material circulante para o serviço e melhoria

da produtividade dos recursos e redução dos custos globais de manutenção. Este projecto ganhou o 1º prémio na categoria Empresas Públicas ou Concessionárias de Serviço Público, na 6ª edição do Prémio Boas Práticas no Sector Público, promovido pela consultora Deloitte em parceria com o Diário Económico.

O ano de 2008 foi um marco para o Sistema de Gestão de Qualidade na CP pois foi o ano da conclusão de um processo iniciado em 1999, o que permitiu que a Empresa fosse totalmente certificada pela Norma NP ISO 9001:2000. Obter a certificação da Qualidade de todos os seus processos críticos de negócio, traz benefícios ao accionista Estado, aos Clientes, à gestão e colaboradores, promovendo uma maior focalização na satisfação das necessidades dos Clientes pela adopção de critérios de maior eficiência e produtividade.

Salienta-se ainda o desenvolvimento do Sistema de Gestão Ambiental (tendo-se instituído a identificação da legislação ambiental aplicável na actividade da Empresa e assegurado o respectivo processo de avaliação de conformidade legal) a realização de auditorias internas e a consequente elaboração e aprovação dos planos de acções correctivas decorrentes das constatações levantadas.

De entre as actividades resultantes do cumprimento dos referidos planos, podemos referir, como exemplos, a limpeza de câmaras de decantação, a instalação de separadores de hidrocarbonetos, a identificação das redes de saneamento e locais de descarga das águas residuais que servem instalações geradoras de efluentes industriais, a realização de simulacros aos procedimentos de emergência definidos e o desenvolvimento de novos procedimentos, como por exemplo, associados às intervenções técnicas em equipamentos fixos de refrigeração e de ar condicionado.

Na óptica da Gestão de Resíduos, o Projecto-piloto de Recolha Selectiva de Resíduos Urbanos ou Equiparados em parceria com a CML foi alargado aos complexos de Stª. Apolónia e Campolide e foi aprovada uma proposta de melhoria continua referente a um projecto-piloto de recolha selectiva de papel a bordo dos comboios.

Este ano também foi disponibilizado no portal CP o simulador Eco Viagem CP. Este simulador permite ao Cliente, no acto da

compra do bilhete on-line, saber qual o impacto ambiental da viagem que vai realizar por modo rodoviário e por modo ferroviário, promovendo-se assim as vantagens ambientais do transporte ferroviário.

A CP em 2008 voltou a realizar várias iniciativas, nomeadamente a do "Comboio do Ambiente", em parceria com a Liga Portuguesa da Natureza, LPN. Uma iniciativa que anualmente junta jovens e especialistas para debater a sustentabilidade e as vantagens ambientais do transporte ferroviário. Foi convidada também para intervir em seminários e conferências sobre este tema, nomeadamente, "Clima 2008" primeiro congresso nacional para as Alterações Climáticas que decorreu na universidade de Aveiro, e a participar nos "workshops" do Green Festival 2008 com uma intervenção sobre "Mobilidade Sustentável_ A CP faz parte da Solução".

No que concerne aos moldes em que foi salvaguardada a competitividade da Empresa, designadamente, pela via da inovação, do desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo, está em curso a implementação do sistema de Bilhética sem Contacto e acesso controlado às estações na CP Lisboa, que possibilitará uma redução da taxa de fraude, facultará a que a Empresa venha a ser ressarcida pelos tarifários bonificados/gratuitos decorrentes dos normativos legais em vigor bem como promoverá uma redução dos custos operacionais. Para além disso contribuirá para a melhoria da intermodalidade e da segurança do sistema.

Neste âmbito salientam-se também dois projectos:

- **CPmais Digital que foi desenvolvido em 2008 e tem por objectivo a implementação de um sistema de gestão documental desmaterializada através da criação de uma plataforma para recepção/circulação interna/expedição de documentos em formato electrónico.**
- **RHmais Futuro foi iniciado em 2008 e é uma aposta da CP para implementação de uma plataforma tecnológica integrada de suporte aos processos de Recursos Humanos com o objectivo de otimizar a sua eficiência. Tem a sua entrada em produção prevista para 2009.**

Para 2009 destacam-se, na estratégia da CP, dois projectos: a aquisição de material circulante para os serviços urbanos de Lisboa e Porto e para o serviço Regional e a continuação da implementação do sistema de Bilhética sem Contacto em Lisboa.

Está em curso o processo legislativo para a criação do mecanismo legal que permita a imediata constituição da Empresa CP Carga.



2.8 Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo

A CP assegura o cumprimento das orientações e princípios de bom governo constantes da Resolução de Conselho de Ministros nº49/2007, de 28 de Março de 2007, no que concerne aos Princípios de Bom Governo dirigidos às Empresas de Sector Empresarial do Estado. Efectivamente, dispõe de um Programa de Transformação Estratégica para o período 2007/2010 onde se encontram definidos a Visão, Objectivos, Metas e Resultados expectáveis para este período.

Anualmente, elabora os Instrumentos Previsionais de Gestão, que incluem as acções, investimentos, objectivos e metas previstos para o ano a que respeitam e o Relatório e Contas referente à actividade desenvolvida no ano anterior, auditado por entidade independente. Elabora ainda um Relatório de sustentabilidade onde

nomeadamente consta a contribuição da CP para o Desenvolvimento Sustentável.

Estes documentos são, submetidos à aprovação das Tutelas sectorial e financeira, divulgados interna e externamente através de suportes documentais produzidos para o efeito.

Encontra-se implementado um sistema de controlo de actividade na Empresa com o objectivo de acompanhar e promover a realização dos objectivos estabelecidos.

A CP dispõe de um canal de Internet onde disponibiliza, para o interior da Empresa, toda a sua informação corporativa e institucional, a informação relevante respeitante a cada um dos Órgãos/Unidades de Negócios, notícias internas e documentos a divulgar pelos colaboradores da Empresa.

2.9 Apresentação do Código de Ética

O código de ética, implementado em 2007, tem como objectivo fundamental partilhar os princípios que orientam a actividade da Empresa e as regras de natureza ética e deontológica que devem orientar o comportamento de todos os seus colaboradores. Consequentemente, foi criada a Comissão de Ética, na dependência directa do Conselho de Gerência, tendo por missão, entre outras, zelar pelo esclarecimento de dúvidas sobre as matérias versadas no presente Código, por zelar pelo seu cumprimento e resolver, ou dar parecer, sobre questões relacionadas com o seu incumprimento.

Existem canais de informação disponíveis para atender às comunicações dos colaboradores que julguem ter havido alguma irregularidade praticada por outro, ou outros colaboradores.

Se a Comissão de Ética considerar que existem factos que consubstanciem essa irregularidade, propõe que sejam tomadas as providências que julgar adequadas.

O Código e a Comissão de Ética foram criados no sentido de consolidar a imagem institucional da Empresa, mantendo altos padrões de exigência, responsabilidade e rigor.

2.10 Critérios de imputação dos custos corporativos por Unidade de Negócio

Com o objectivo de obter uma mais correcta valorização dos produtos/ serviços da CP, o Conselho de Gerência deliberou que a partir deste ano se passe a imputar a estes produtos/serviços os custos dos Órgãos Sociais, "Staff" e Centro Corporativo, com excepção dos custos relativos à Alta Velocidade e Participadas.

O critério aprovado, é o da repartição em função dos custos operacionais das Unidades de Negócio que prestam esses produtos/serviços.

Serviços/Produtos	Resultado Operacional	Imputação OSS e CC	Total
Urbanos de Lisboa	-14.113	4.078	-18.190
Urbanos do Porto	-13.943	1.492	-15.434
Médio e Longo Curso	3.262	3.597	-336
Regional	-56.826	3.881	-60.707
Mercadorias	-24.866	4.278	-29.143